

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO****Senhores Acionistas:**

Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	01/01/2013	31/12/2014	31/12/2013
		Reapresentado	Reapresentado		
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	55.650	36.008	77.417	136.696
Títulos a receber	7	6.276	5.629	5.280	4.965
Concessionárias	6	45.743	50.081	38.312	46.361
Impostos e contribuições sociais	9	8.258	7.882	3.897	12.836
Partes relacionadas	11	56.323	34.484		56.323
Dividendos a receber	12	26.198	25.944	29.729	
Rendas a receber	8				4.974
Outros créditos	13	8			4.433
Total do Ativo Circulante		198.456	160.028	154.635	267.229
Não circulante					
Títulos a receber	7	11.443	23.309	27.675	5.037
Tributos diferidos	10	94.567	97.095	105.358	94.567
Outros créditos	13	1.101	1.056	766	1.584
Investimentos	14	107.111	121.460	133.799	101.188
Imobilizado	15	1.349.649	1.360.580	1.385.418	1.228.515
Intangível	16	71	25	159	571.249
Total do Ativo Não circulante		1.349.741	1.360.720	1.385.605	1.770.393
TOTAL DO ATIVO		1.655.308	1.642.208	1.674.039	2.138.810

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Receitas					
Custo da produção e do serviço de energia elétrica					
Custo do serviço de energia elétrica					
Energia elétrica comprada para revenda	25	(186.057)	(66.521)	(187.879)	(66.611)
Encargos de uso da rede elétrica		(39.144)	(43.107)	(40.524)	(44.497)
		(225.201)	(109.628)	(228.403)	(111.108)
Custo de operação					
Pessoal	25	(235)	(132)	(6.216)	(6.719)
Materiais e serviços de terceiros			(12)	(7.746)	(5.424)
Depreciações e amortizações		(8)	(8)	(36.456)	(36.593)
Aluguéis e arrendamentos		(146.506)	(140.131)	(30)	(22)
Outros custos de operação				(57)	(76)
		(146.749)	(140.283)	(50.505)	(48.834)
		(371.950)	(249.911)	(278.908)	(159.942)
Custo do serviço prestado a terceiros					
Lucro bruto		90.971	235.135	242.668	381.413
Despesas e Receitas operacionais					
Despesas com vendas	25	659	807	674	827
Despesas gerais e administrativas		(2.319)	(3.461)	(19.290)	(21.823)
Depreciações e amortizações		(28.763)	(29.893)	(29.165)	(30.348)
Outras despesas e receitas operacionais		(19.950)	(17.546)	(20.406)	(19.062)
		(50.373)	(50.093)	(68.187)	(70.406)
Resultado das participações societárias					
Equivalência patrimonial		67.548	58.547	-	-
		67.548	58.547	-	-
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		108.146	243.589	174.481	311.007
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	26	13.901	11.405	18.057	12.628
Despesas financeiras		(69.221)	(19.218)	(95.415)	(53.444)
		(55.320)	(7.813)	(77.358)	(40.816)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		52.826	235.776	97.123	270.191
Imposto de renda e contribuição social correntes		(12.502)	(54.122)	(32.335)	(68.240)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(2.528)	(8.263)	(2.008)	(6.906)
	27	(15.030)	(62.385)	(34.343)	(75.146)
Resultado líquido antes das partes beneficiárias		37.796	173.391	62.780	195.045
Partes beneficiárias		(3.780)	(17.339)	(3.780)	(17.339)
Resultado líquido do exercício		34.016	156.052	59.000	177.706
Atribuível aos acionistas controladores	23.2			34.016	156.052
Atribuível aos acionistas não controladores				24.984	21.654
Resultado por ação atribuível aos acionistas					
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)					
ON		0,15597	0,71550	0,15597	0,71550
PNA		0,18386	0,84345	0,18386	0,84345
PNB		0,15597	0,71550	0,15597	0,71550

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	01/01/2013	31/12/2013
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores	17	40.307	23.421	27.796	32.214
Impostos e contribuições sociais	9	11.978	56.313	36.291	21.856
Dividendos	12	168.928	64.561	89.152	181.266
Debêntures	18	5.401	4.697		5.401
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	19				10.078
Benefícios pós-emprego	20				45
Uso do bem público	21				4.235
Provisões	22				1.723
Outras contas a pagar	13	12.452	4.055	5.388	16.041
Total do Passivo Circulante		239.066	153.047	158.627	272.859
Não circulante					
Impostos e contribuições sociais	9		6.095	12.032	6.095
Tributos diferidos	10				12.987
Debêntures	18	447.600	446.984		447.600
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	19				72.468
Benefícios pós-emprego	20				584
Partes relacionadas	11	25	45	346	77
Uso do bem público	21				40.775
Provisões	22				14.884
Outras contas a pagar	13	2.440	3.414	1.746	2.440
Total do Passivo Não circulante		450.065	456.538	14.124	591.815
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	23.1	306.868	306.868	756.868	306.868
Reservas de capital	23.3	579.203	579.203	579.203	579.203
Reservas de lucros	23.3	79.944	146.515	165.598	79.944
Outros resultados abrangentes	23.3.4	162	37	(185)	162
Prejuízos acumulados				(196)	
Total do Patrimônio líquido		966.177	1.032.623	1.501.288	966.177
Participações não controladores					307.959
Total do Patrimônio líquido e participações dos acionistas não controladores		966.177	1.032.623	1.501.288	1.274.136
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.655.308	1.642.208	1.674.039	2.138.810

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Resultado líquido do exercício					
Outros resultados abrangentes		34.016	156.052	59.000	177.706
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias	23.3.4				
			125	222	171
Resultado abrangente do exercício		34.141	156.274	59.171	178.010
Atribuível aos acionistas controladores				34.141	156.274
Atribuível aos acionistas não controladores				25.030	21.736

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Geração do valor adicionado					
Receita operacional		519.615	543.860	594.681	615.253
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas		518.956	543.053	585.854	607.266
Receita relativa à construção de ativos próprios		659	807	674	828
Outras receitas				8.134	7.159
				19	
(-) Insumos adquiridos de terceiros		(251.743)	(125.419)	(283.471)	(153.289)
Custos da energia comprada		(205.022)	(73.301)	(207.030)	(73.400)
Encargos de uso da rede elétrica		(43.134)	(47.500)	(44.655)	(49.031)
Materiais		(1)	(6.079)	(6.079)	(2.749)
Serviços de terceiros		(1.167)	(1.446)	(20.694)	(20.641)
Outros custos operacionais		(2.419)	(3.172)	(5.013)	(7.468)
Valor adicionado bruto		267.872	418.441	311.210	461.964
Retenções					
Depreciações e amortizações		(28.771)	(29.900)	(65.673)	(67.026)
Valor adicionado líquido produzido		239.101	388.541	245.537	394.938
Valor adicionado recebido em transferência					
Receitas financeiras		13.901	11.405	18.057	14.016
Resultado da equivalência patrimonial		67.548	58.547		
Valor adicionado total a distribuir		320.550	458.493	263.594	408.954
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração direta		712	1.092	8.762	9.857
Benefícios		24	16	1.595	1.677
FGTS		15	(3)	599	693
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		51.341	110.366	93.909	145.865
Estaduais		3		144	337
Municipais		1		7	119
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros		69.221	19.218	95.415	53.444
Aluguéis		161.437	154.413	383	1.917
Remuneração de capital próprio					
Juros sobre capital próprio			55.555		55.555
Participações dos não controladores				24.984	21.654
Dividendos			8.079		8.079
Partes beneficiárias			3.780	17.339	3.780
		294.613	357.996	237.657	308.457
Lucros retidos		25.937	100.497	25.937	100.497
		320.550	458.493	263.594	408.954

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	52.826	235.776	97.123	270.191
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	(659)	(807)	(674)	(827)
Títulos a receber - AVP	(1.250)	489		489
Depreciações e amortizações	28.771	29.901	65.621	66.941
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados			217	741
Juros e atualizações monetárias dos contratos de mútuos	(5.049)	(1.998)		
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	53.660	17.661	74.419	31.944
Uso do bem público - atualização monetária e AVP			3.949	5.057
Provisão para plano de benefícios pós-emprego			155	100
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas			823	5.413
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP			351	496
Ajuste a valor presente	9.522		9.522	9.551
Participações societárias	(67.548)	(58.547)		
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	641	696	262	674
Outros	4.694	4.566	5.634	5.435
	75.608	227.737	257.402	396.205
(Aumento) diminuição de ativos operacionais				
Concessionárias	4.997	(10.962)	5.077	(11.076)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(38.749)	(26.489)	(40.372)	(27.586)
Rendas a receber				1.392
Títulos a receber		2.878		
Outros ativos operacionais	(8)	(290)	(288)	(14)
	(33.760)	(34.863)	(35.583)	(37.284)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total Controladora	Não controladores	Total Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2012	756.868	579.203	165.413	-	-	1.501.484	299.575	1.801.059
Ajustes de exercícios anteriores			185	(185)	(196)	(196)	(73)	(269)
Saldo em 31 de dezembro de 2012 (Reapresentado)	756.868	579.203	165.598	(185)	(196)	1.501.288	299.502	1.800.790
Redução de capital - AGE de 03/05/2013	(450.000)					(450.000)		(450.000)
Dividendo adicional aprovado - AGO de 09/04/2013			(67.369)			(67.369)	(8.673)	(76.042)
Distribuição de reserva de lucros - AGE de 03/05/2013			(52.015)			(52.015)		(52.015)
Lucro líquido do exercício					156.052	156.052	21.654	177.706
Destinação do lucro								
Constituição de reserva legal				7.793	(7.793)	-	-	-
Dividendos intermediários (JSCP)					(55.555)	(55.555)	(11.187)	(66.742)
Lucros retidos a deliberar				92.508	(92.508)	-	-	-
Outros resultados abrangentes								
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias				222	-	222	82	304
Saldos em 31 de dezembro de 2013	306.868	579.203	146.515	37	-	1.032.623	301.378	1.334.001
	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total Controladora	Não controladores	Total Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2013	306.868	579.203	146.515	37	-	1.032.623	301.378	1.334.001
Dividendo adicional aprovado - AGO de 10/04/2014						(92.508)	(18.449)	(110.957)
Lucro líquido do exercício					34.016	34.016	24.984	59.000
Destinação do lucro								
Constituição de reserva legal			1.701		(1.701)	-	-	-
Reserva de retenção de lucros			24.236		(24.236)	-	-	-
Dividendos propostos					(8.079)	(8.079)		(8.079)
Outros resultados abrangentes								
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias				125	-	125	46	171
Saldos em 31 de dezembro de 2014	306.868	579.203	79.944	162	-	966.177	307.959	1.274.136

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

Lajeado Energia S.A. (Companhia ou Lajeado ou Controladora), sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de São Paulo, controlada da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), tem como principal objeto social a geração e comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza, preparação de estudos de viabilidade e projetos, promoção da construção, da operação e da manutenção de usinas de geração. A Companhia poderá, ainda, participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética.

A Companhia detém, em 31 de dezembro de 2014, 73% do capital votante e 62,39% do capital total da Investco S.A. (Investco), sociedade de capital aberto que tem, como objeto principal, a elaboração de estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizada nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

1.1 Concessão

A Companhia detém parte do Contrato de Concessão de exploração dos ativos da referida usina pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW e assegurada de 823,3 MW.

A Investco é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre a Companhia, titular de 72,27%, CEB Lajeado S.A., titular de 19,80%, Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93% e a Investco, titular de 1%. Portanto, as referidas empresas, em conjunto com a Investco, são as concessionárias da UHE Lajeado.

Da potência e energia asseguradas, as concessionárias da UHE Lajeado deverão destinar 617,48 MW e 2.877.660 MWh/ano até o prazo final deste contrato para venda às empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição. Caso as concessionárias não consigam entregar essa quantidade de energia, deverão ressarcir os agentes de mercado com os quais tem compromissos.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção de suas participações.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Nota 8), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Como a Investco é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, a Companhia e as demais consorciadas são responsáveis pelo pagamento do arrendamento para a Investco. Trata-se de um arrendamento operacional, uma vez que os bens serão revertidos para a União, quando do término do Contrato de concessão.

1.1.1 Uso do bem público

A Investco, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Lajeado, paga à União, do 7º ao 35º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido no contrato, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M.

A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão. O valor recolhido a título de UBP no exercício foi de R\$3.857 (Nota 21).

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia e a Investco aplicam, anualmente, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) de sua Receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria (Nota 13.3).

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Aumento (diminuição) de passivos operacionais				
Fornecedores	16.886	(4.375)	17.735	(1.754)
Outros tributos e contribuições sociais	22.813	11.601	21.254	4.973
Benefícios pós-emprego				120
Provisões			(2.820)	(8.230)
Uso do bem público			(3.857)	(3.645)
Outros passivos operacionais	(512)	(4.315)	(1.204)	(5.182)
	39.187	2.911	31.108	(13.718)
Caixa proveniente das atividades operacionais	81.035	195.785	252.927	345.203
Imposto de renda e contribuição social pagos	(43.128)	(33.326)	(63.135)	(64.936)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	37.907	162.459	189.792	280.267
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Dividendos recebidos	45.004	53.435		
Títulos recebidos	5.881		5.881	
Adições ao imobilizado e intangível			(8.135)	(7.159)
Partes relacionadas	(16.790)	(364)	(16.000)	(364)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	34.095	53.071	(18.254)	(7.523)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Partes relacionadas	(20)	(32.423)	(5.893)	(31.944)
Aumento (redução) de capital		(450.000)		(450.000)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(208.536)	(16.624)	(227.995)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures		896.882		896.882
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures		(450.000)		(471.597)
Pagamentos de encargos de dívidas	(52.340)	(12.862)	(70.993)	(12.862)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(52.360)	(256.939)	(93.510)	(297.516)
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	19.642	(41.409)	78.028	(24.772)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	55.650	36.008	136.696	58.668
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	36.008	77.417	58.668	83.440
	19.642	(41.409)	78.028	(24.772)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2 Base de preparação**2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

O Conselho da Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 26 de fevereiro de 2015.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia e sua controlada se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e sua controlada revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente e a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na Nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes às demonstrações financeiras, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da CCEE (Nota 6); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias (Nota 10); Recuperação dos ativos - *impairment* (Nota 2.6); Mensuração de instrumentos financeiros (Nota 29.1.3); Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas (Nota 22.1); Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 22.2); e ao plano de benefícios pós-emprego (Nota 20).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas aprovada pela Deliberação CVM nº 698/12, abrangendo a Companhia e sua controlada (conforme descrito na Nota 14.2).

Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre a Companhia e sua controlada.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da Controladora na sua controlada direta;
 - Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e a sua controlada; e
 - Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultados.
- A Companhia controla a Investco e efetua a consolidação integral de suas Demonstrações Financeiras desde a sua constituição.

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

2.6 Redução ao valor recuperável

Ativo financeiro

São avaliados quanto a sua recuperabilidade ao final de cada exercício, exceto para Concessionárias que são avaliados mensalmente (Nota 6). São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

Se a Administração da Companhia identificar que houve evidências de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável, a Companhia e sua controlada procedem o teste de recuperabilidade dos ativos.

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.7 Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas

2.7.1 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009. Em outubro de 2010 foi revisada para incluir requerimentos de classificação e mensuração de passivos financeiros e para desreconhecimento. Outra revisão da IFRS 9 emitida em julho de 2014 incluiu principalmente: (i) requerimentos de *impairment* para ativos financeiros; e (ii) alterações limitadas para os requerimentos de classificação e mensuração ao introduzir um critério de avaliação a "valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes (FVTOCI)" para alguns instrumentos de dívida simples.

IFRS 15 - Receitas de Contratos com clientes (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2017)

Em maio de 2014 foi emitida a IFRS 15 que introduziu um modelo simplificado para o reconhecimento de receitas provenientes dos contratos com clientes. A norma enfatiza o reconhecimento da receita como transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes que reflete sua consideração de qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços. A IFRS 15 substituirá o CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18), o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11) e as interpretações relacionadas.

A Administração da Companhia e sua controlada acreditam que a IFRS 9 e a IFRS 15 possam gerar efeitos nos montantes reportados nas demonstrações financeiras, no entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que a Companhia efetue uma revisão detalhada desses impactos.

2.7.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC adotadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2014

A Companhia e sua controlada, a partir de 1º de janeiro de 2014, passou a adotar novas normas e interpretações emitidas pelo CPC. As seguintes normas não refletiram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia: (i) ICPC 19 - Tributos (IFRIC 21); (ii) CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação; Compensação de ativos e passivos financeiros (IAS 32); e (iii) CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos: Divulgação de valores a recuperar de ativos não financeiros (IAS 36).

Segue abaixo a norma que resultou em impacto na apresentação das demonstrações financeiras:

OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral

O objetivo desta orientação é tratar dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros. São destacados na orientação a utilização dos conceitos de materialidade e relevância quando da elaboração dos relatórios contábil-financeiros, principalmente na elaboração das notas explicativas.

Na adoção do OCPC 07 a Companhia e sua controlada reavaliaram a materialidade e a relevância das informações contábil-financeiras resultando em mudanças na apresentação das notas explicativas. Dentre as alterações, destaca-se a realocação da nota explicativa do "Resumo das principais práticas contábeis" para as notas explicativas específicas de cada rubrica.

3 Reapresentação dos exercícios anteriores

3.1 Balanço Patrimonial

Controladora

Conforme o ICPC 09, o Direito de concessão deve ser tratado nas companhias individuais como Investimento e nas demonstrações consolidadas como Intangível. Consequentemente, efetuamos a reclassificação na Controladora do grupo de Intangível para Investimento no valor em 01 de janeiro de 2013 de R\$575.596 e em 31 de dezembro de 2013 de R\$545.744. Nenhum outro ajuste às demonstrações financeiras foi necessário em decorrência desta reclassificação.

7 Títulos a receber

	Nota	Controladora				Consolidado			
		Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Cessão de crédito - Tangará Energia S.A.	7.1	5.499	4.965	1.763	6.385	5.499	4.965	1.763	6.385
Cessão de crédito - Rede Energia S.A.	7.2	107		12.796	10.664	107		12.796	10.664
(-) AVP - Cessão de crédito - Rede Energia S.A.				(9.522)				(9.522)	
Ações preferenciais das classes "A", "B" e "C"	7.3	670	664	19.743	20.127				
(-) AVP - Ações preferenciais das classes "A", "B" e "C"				(13.337)	(13.867)				
Total		6.276	5.629	11.443	23.309	5.606	4.965	5.037	17.049

7.1 Cessão de crédito - Tangará Energia S.A.

Refere-se ao saldo da repactuação do contrato de Cessão de crédito firmado entre a Companhia e a Tangará Energia S.A., em 31 de agosto de 2004, aprovado pela ANEEL por meio dos Ofícios nº 467/00-SFF/ANEEL e 1.706/04-SFF/ANEEL, com as seguintes condições: montante original do contrato de R\$18.199; prazo para pagamento de 120 meses; carência de 18 meses; remuneração de 100% do CDI; e término em 29 de fevereiro de 2016. Como garantia foi dada uma nota promissória no valor do saldo devedor.

7.2 Cessão de crédito - Rede Energia S.A.

Refere-se ao saldo da consolidação e repactuação do contrato de Cessão de crédito firmado entre a Companhia e a Rede Energia S.A. (Rede Energia), em 31 de dezembro de 2006, aprovado pela ANEEL por meio do Despacho nº 181-SFF/ANEEL de 29 de janeiro de 2007, no montante original do contrato de R\$23.532.

Em 26 de novembro de 2012 a Rede Energia protocolou na Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo o pedido de Recuperação Judicial que foi deferido pelo juiz em 19 de dezembro de 2012. Na ocasião, o saldo contábil de R\$10.664 ficou inalterável até a aprovação do Plano de Recuperação Judicial.

Dentre as opções apresentadas no Plano de Recuperação, a Companhia optou pela "Opção A" que compreendia em pagamento integral da dívida, sem deságio, com aplicação de juros de 1% ao ano, em parcelas anuais, tendo o primeiro pagamento ocorrido em 30 de julho de 2014. Os demais pagamentos ocorrerão nos meses de julho de cada ano, pelo período de 22 anos.

A Companhia efetuou a estimativa de valor justo considerando as condições acima descritas, trazendo a valor presente, conforme CPC 12, pela taxa de desconto de 7,6% a.a. que representa a taxa de remuneração de capital (WACC) da Companhia.

7.3 Ações preferenciais das classes resgatáveis "A", "B" e "C"

Refere-se às ações de emissão da Investco onde, de acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da referida controlada, os detentores de tais ações gozam, entre outros, do direito de recebimento de um dividendo anual

9 Impostos e contribuições sociais

	Nota	Controladora						Saldo em 31/12/2014
		Saldo em 31/12/2013	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	
Ativo - compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social		1.226		71	11.755	(1.650)	(9.689)	1.713
PIS e COFINS		706	37.888	4		(7)	(37.885)	706
IRRF sobre aplicações financeiras		1.210	989				(1.162)	1.037
IRRF sobre juros s/ capital próprio		4.695	4.741				(4.695)	4.741
Outros		45	16					61
Total		7.882	43.634	75	11.755	(1.657)	(53.431)	8.258
Circulante		7.882						8.258
Total		7.882						8.258

4 Eventos significativos no exercício

4.1 Lei nº 12.973, de 13 de novembro de 2014 (Conversão da Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013) e Instrução Normativa RFB nº 1.515, de 24 de novembro de 2014

A Lei nº 12.973/14, trouxe mudanças relevantes para as regras tributárias federais em vigor obrigatoriamente a partir de janeiro de 2015, sendo facultada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário de 2014.

Entre as principais alterações nas regras tributárias a Lei revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e prevê a entrega de nova obrigação acessória, a Escrituração Contábil Fiscal (ECF) em substituição da Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ). A referida Legislação já foi regulamentada pela Instrução Normativa nº 1.515/14, entretanto, alguns temas relevantes estão pendentes de regulamentação pela Receita Federal do Brasil.

A Companhia elaborou estudo dos possíveis efeitos da aplicação dessa nova norma e concluiu que a sua adoção antecipada, ou não, não resultaria em impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Bancos conta movimento	36.176	1.997	62.447	14.504
Aplicações financeiras - renda fixa	19.474	34.011	74.249	44.164
Total	55.650	36.008	136.696	58.668

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Os investimentos financeiros da Controladora referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB e operações compromissadas lastreadas em Debêntures, remunerados a taxas que variam entre 93,00% e 100,50% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. A taxa média de aplicação do Consolidado variam entre 93,00% e 101,00% do CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota 29.

6 Concessionárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Circulante				
Concessionárias				
Suprimento de energia elétrica	41.885	40.533	42.453	41.061
Energia de curto prazo		5.713		5.819
Encargos de uso da rede elétrica	3.858	3.835	3.908	3.884
Total Circulante	45.743	50.081	46.361	50.764

O saldo de Concessionárias refere-se à: (i) venda de energia em negociações bilaterais ou em Leilões de energia promovidos pela ANEEL; (ii) venda de sobra de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; e (iii) encargos de uso da rede elétrica.

Conforme requerido pelo CPC 38, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de concessionárias e, quando necessário, é constituída uma Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Não há saldo de PCLD em 31 de dezembro de 2014 na Controladora e no Consolidado (R\$659 na Controladora em 31 de dezembro de 2013 e no Consolidado R\$674).

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota 29.

fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social. Devido a esta característica, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro recebível por satisfazerem a definição de ativo financeiro, pelo fato da controlada não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o parágrafo 19 do CPC 39.

A estimativa de valor justo foi efetuada considerando-se as condições acima descritas para pagamento dos dividendos. O pagamento anual de dividendos foi considerado até 2033 (término da concessão) e descontado a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Investco na data de avaliação das ações.

8 Rendas a receber - Consolidado

O saldo de R\$4.974 em 31 de dezembro de 2014 (R\$4.758 em 31 de dezembro de 2013), refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, e aditado em 23 de junho de 2009, no qual a Investco arrendou às concessionárias do Consórcio UHE Lajeado, sendo CEB Lajeado S.A., Paulista Lajeado Energia S.A. e a Companhia, frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Investco, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão.

O contrato de arrendamento objetiva assegurar à Investco receita suficiente para garantir o funcionamento da Usina nas melhores condições até o final da concessão. O cálculo do contrato de arrendamento é baseado na remuneração de 8,83% corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da depreciação acumulada, sendo que, todos os valores utilizados no cálculo, são valores projetados. Decorrido o período, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo o objetivo é calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente e ajustar a diferença a maior ou a menor na projeção do ano seguinte.

Os saldos são todos vencidos e estão apresentados ao custo amortizado.

**NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Controladora						Saldo em 31/12/2014
		Saldo em 31/12/2013	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	
Passivo - a recolher								
Imposto de renda e contribuição social		36.068	12.502		(31.373)		(15.546)	1.651
ICMS		29						29
PIS e COFINS		5.150	51.373		(13.334)	(1.657)	(37.885)	3.647
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		30	200		(218)			12
IRRF sobre juros s/ capital próprio		8.333			(8.333)			-
Parcelamentos	9.1	12.743		716	(6.913)			6.546
Encargos com pessoal		-	926		(888)		51	89
Outros		55					(51)	4
Total		62.408	65.001	716	(61.059)	(1.657)	(53.431)	11.978
Circulante		56.313						11.978
Não circulante		6.095						
Total		62.408						11.978

	Nota	Consolidado						Saldo em 31/12/2014
		Saldo em 31/12/2013	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	
Ativo - compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social		9.274		450	31.762	(6.813)	(29.086)	5.587
ICMS		-	13					13
PIS e COFINS		706	38.815	4		(7)	(38.812)	706
IRRF sobre aplicações financeiras		1.646	1.642				(1.598)	1.690
IRRF sobre juros s/ capital próprio		4.695	4.741				(4.695)	4.741
Outros		53	46					99
Total		16.374	45.257	454	31.762	(6.820)	(74.191)	12.836
Circulante		16.374						12.836
Total		16.374						12.836

	Nota	Consolidado						Saldo em 31/12/2014
		Saldo em 31/12/2013	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	
Passivo - a recolher								
Imposto de renda e contribuição social		36.068	32.335		(31.373)		(35.379)	1.651
ICMS		41	477		(445)			73
PIS e COFINS		6.696	72.496		(28.354)	(6.820)	(38.812)	5.206
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		72	793		(813)			52
IRRF sobre juros s/ capital próprio	9.2	16.034	7.777		(16.034)			7.777
Parcelamentos	9.1	12.743		716	(6.913)			6.546
Encargos com pessoal		436	3.691		(3.714)		51	464
Outros		121	311		(294)		(51)	87
Total		72.211	117.880	716	(87.940)	(6.820)	(74.191)	21.856
Circulante		66.116						21.856
Não circulante		6.095						-
Total		72.211						21.856

Os impostos e contribuições sociais correntes são apresentados pelo seu montante líquido compensável, conforme requerido pelo CPC 32.

9.1 Parcelamentos**Controladora e Consolidado**

Em setembro de 2006, a Companhia aderiu ao Parcelamento Excepcional - PAEX, instituído pela Medida Provisória nº 303/06, que trata de parcelamento de débitos de pessoas jurídicas junto à Secretaria da Receita Federal - SRF, à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN e ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, de débitos de IRPJ, CSLL, COFINS, PIS, CPMF, INSS e multa.

Em 2009, foi formalizada junto à Receita Federal do Brasil - RFB a consolidação dos débitos do PAEX ao programa de redução e parcelamento de tributos conforme a Lei nº 11.941/09 - "REFIS IV". Em 30 de junho de 2011, a Companhia procedeu à consolidação dos débitos incluídos no parcelamento. O saldo de R\$6.546 em 31 de dezembro de 2014, será pago em 11 parcelas mensais de R\$595 atualizáveis mensalmente pela SELIC.

9.2 IRRF - Juros sobre capital próprio**Consolidado**

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da controlada Investco, alíquota de 15%, incidente sobre os valores propostos no exercício de 2014 aos acionistas a título de Juros sobre o capital próprio (Nota 23.2), com retenção de R\$7.777, conforme legislação liquidado em janeiro de 2015.

10 Tributos diferidos**10.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados sobre diferenças temporárias e eventos decorrentes da Lei nº 11.638/07 - RTT, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade, no prazo máximo de 10 anos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pelo seu montante líquido, para cada entidade jurídica, conforme requerido pelo CPC 32.

Os créditos fiscais a seguir detalhados da Companhia, incidentes sobre diferenças temporárias, foram reconhecidos tomando por base as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios, no prazo máximo de 10 anos.

10.2 Composição e base de cálculo

Natureza dos créditos	Nota	Controladora					
		Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	2014	2013
		IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
Diferenças Temporárias							
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		94	318			(224)	(275)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		3.907	1.983			1.924	
Total Diferenças Temporárias		4.001	2.301	-	-	1.700	(275)
Crédito fiscal do ágio incorporado	10.2.1	85.390	92.802			(7.412)	(7.798)
Diferenças Temporárias - RTT							
Ações preferenciais resgatáveis - CPC 39	10.2.2	5.176	1.992			3.184	(190)
Total Diferenças Temporárias - RTT		5.176	1.992	-	-	3.184	(190)
Total		94.567	97.095	-	-	(2.528)	(8.263)

Natureza dos créditos	Nota	Consolidado					
		Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	2014	2013
		IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
Diferenças Temporárias							
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		94	318		(5)	(229)	(282)
Benefício pós-emprego				(326)	(272)	54	71
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		3.907	1.983	(1.714)	(1.484)	2.154	629
Total Diferenças Temporárias		4.001	2.301	(2.040)	(1.761)	1.979	418
Crédito fiscal do ágio incorporado	10.2.1	85.390	92.802			(7.412)	(7.798)
Diferenças Temporárias - RTT							
Uso do bem público - CPC 25				(8.110)	(11.087)	(2.977)	700
Ações preferenciais resgatáveis - CPC 39	10.2.2	5.176	1.992	23.022	23.671	3.833	568
Benefícios a empregados - CPC 33 (R1)				115	26		
Outras					2.569	2.569	(794)
Total Diferenças Temporárias - RTT		5.176	1.992	15.027	15.179	3.425	474
Total		94.567	97.095	12.987	13.418	(2.008)	(6.906)

A variação no Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos no montante de R\$2.097, foi registrada em contrapartida débito do resultado do exercício no valor de R\$2.008 e a débito no Patrimônio líquido de R\$89.

10.2.1 Crédito fiscal do ágio incorporado

O crédito fiscal do ágio é proveniente da incorporação da EDP Lajeado Energia S.A. e da Tocantins Energia S.A., ocorrida em novembro de 2009, representada pelo benefício fiscal proveniente da dedutibilidade do ágio pago pela controladora EDP - Energias do Brasil, o qual foi contabilizado de acordo com as instruções CVM nºs 319/99 e 349/99, e conforme determinação da ANEEL. Está sendo amortizado pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo da concessão da Companhia, que resulta em realização anual média do crédito fiscal de R\$4.744 até dezembro de 2032 (Nota 16.1).

10.2.2 Ações preferenciais resgatáveis - CPC 39

Referem-se ao ajuste a valor presente das Ações preferenciais resgatáveis A, B e C conforme item 19 do CPC 39 (Nota 29).

10.3 Resultados tributáveis futuros

A projeção de resultados tributáveis futuros indica que a Companhia apresenta base de cálculo suficiente para recuperação do saldo integral dos créditos tributários no exercício como demonstrado. No entanto, o crédito relacionado ao ágio, mencionado na nota 10.2.1, será realizado financeiramente até dezembro de 2032, em consonância com as normas de amortização dos valores a ele vinculados.

A Administração da Companhia elaborou, em 31 de dezembro de 2014, a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 20 de fevereiro de 2015. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

Controladora			
2015	2016	2017	Total
16.208	44.318	34.041	94.567

**NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

11 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos (Nota 12) e os saldos a pagar e a receber relativos ao contrato de arrendamento (Notas 8 e 17), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua Controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentados da seguinte forma:

	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Controladora										
				Ativo		Passivo		Receitas (Despesas)						
				Circulante		Circulante	Não circulante	Operacionais	Financeiras					
				31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	2014	2013	2014	2013	
Concessionárias														
Venda de energia elétrica														
EDP Bandeirante	Controlador	143,10	12/12/2001 a 31/11/2013											13.011
EDP Bandeirante	Controlador	181,00	01/01/2008 a 31/12/2037	1	1									16
EDP Bandeirante	Controlador	182,58	01/01/2009 a 31/12/2038	7	7									72
EDP Bandeirante	Controlador	170,01	01/01/2009 a 31/12/2038	29	30									236
EDP Comercializadora	Controlador		12/12/2001 a 31/12/2022	11.420	11.230						130.551	123.737		7.738
EDP Comercializadora	Controlador		01/01/2013 a 31/12/2014											28.619
EDP Comercializadora	Controlador		01/01/2013 a 31/12/2014											2.727
EDP Comercializadora	Controlador		12/12/2001 a 31/12/2014	1.206	3.005						13.147	7.738		28.619
EDP Escelsa	Controlador	179,53	01/01/2008 a 31/12/2037	4	3									33
EDP Escelsa	Controlador	181,09	01/01/2009 a 31/12/2038	7	6									60
EDP Escelsa	Controlador	168,63	01/01/2009 a 31/12/2038	29	26									197
Uso do sistema de transmissão														
EDP Comercializadora	Controlador		01/01/2011 a 31/12/2015	1.595	1.585						14.486	15.243		
				14.298	15.893	-	-	-	-	-	158.835	191.689	-	-
Partes relacionadas														
Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Custos														
EDP - Energias do Brasil	Controlador		01/07/2012 até emissão de nova Resolução da ANEEL						21	42	(402)	(693)		
Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura														
EDP - Energias do Brasil	Controlador		01/01/2011 a 31/12/2014						4	3	(40)	(31)		
Contratos de mútuo - 100% do CDI														
EDP Comercializadora	Controlador		08/04/2013 a 07/12/2015	56.323	34.484	-	-		25	45	(442)	(724)	5.049	1.998
				56.323	34.484	-	-							
Fornecedores														
Uso do sistema de transmissão														
EDP Comercializadora	Controlador		01/12/2012 a 31/12/2014			14.728	2.311				(153.573)	(6.171)		
EDP Comercializadora	Controlador		01/12/2012 a 31/12/2014			281	522				(2.296)	(16.121)		
EDP Comercializadora	Controlador		01/12/2013 a 31/12/2014				2.538					(20.225)		
EDP Comercializadora	Controlador		01/01/2014 a 31/12/2014								(2.150)			
Energest	Controlador	196,83	01/07/2014 a 31/12/2014			1.204					(6.482)			
Arrendamento UHE Lajeado														
Investco	Controlada		15/01/1998 a 15/01/2033			13.451	12.866				(146.477)	(140.109)		
				-	-	29.664	18.237	-	-	-	(310.978)	(182.626)	-	-
				70.621	50.377	29.664	18.237	-	-	25	45	(152.585)	8.339	5.049

	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Consolidado										
				Ativo		Passivo		Receitas (Despesas)						
				Circulante		Circulante	Não circulante	Operacionais	Financeiras					
				31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	2014	2013	2014	2013	
Concessionárias														
Venda de energia elétrica														
EDP Bandeirante	Controlador	143,10	12/12/2001 a 31/11/2013											13.011
EDP Bandeirante	Controlador	181	01/01/2008 a 31/12/2037	1	1									16
EDP Bandeirante	Controlador	182,58	01/01/2009 a 31/12/2038	7	7									72
EDP Bandeirante	Controlador	170,01	01/01/2009 a 31/12/2038	29	30									236
EDP Bandeirante	Controlador	148,17	01/08/2002 a 15/12/2032	136	154						1.726	1.503		
EDP Bandeirante	Controlador	148,17	01/08/2002 a 15/12/2032	12	4						53	46		
EDP Comercializadora	Controlador		01/01/2001 a 31/12/2022	11.420	11.230						130.551	123.737		
EDP Comercializadora	Controlador		01/01/2013 a 31/12/2014											7.738
EDP Comercializadora	Controlador		01/01/2013 a 31/12/2014											28.619
EDP Comercializadora	Controlador		01/01/2001 a 31/12/2022	1.206	3.005						13.147	2.727		
EDP Escelsa	Controlador	179,53	01/01/2008 a 31/12/2037	4	3									33
EDP Escelsa	Controlador	181,09	01/01/2009 a 31/12/2038	7	6									60
EDP Escelsa	Controlador	168,63	01/01/2009 a 31/12/2038	29	26									197
Uso do sistema de transmissão														
EDP Comercializadora	Controlador		01/01/2011 a 31/12/2015	1.595	1.585						14.486	15.243		
				14.446	16.051	-	-	-	-	-	160.614	193.238	-	-
Partes relacionadas														
Prestação de serviços de consultoria ambiental														
Energest	Controlador		29/09/2011 a 28/09/2015											(189)
Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Custos														
EDP - Energias do Brasil	Controlador		01/07/2012 até emissão de nova Resolução da ANEEL						50	109	(964)	(1.648)		
Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura														
EDP - Energias do Brasil	Controlador		01/01/2011 a 31/12/2014						27	22	(299)	(231)		
Contratos de mútuo - 100% do CDI														
EDP Comercializadora	Controlador		08/04/2013 a 07/12/2015	56.323	34.484	-	-		77	131	(1.263)	(2.068)	5.049	1.998
				56.323	34.484	-	-							
Fornecedores														
Uso do sistema de transmissão														
EDP Comercializadora	Controlador		01/12/2012 a 31/12/2014			14.728	2.311				(153.573)	(6.171)		
EDP Comercializadora	Controlador		01/12/2012 a 31/12/2014			281	522				(2.296)	(16.121)		
EDP Comercializadora	Controlador		01/12/2013 a 31/12/2014				2.538					(20.225)		
EDP Comercializadora	Controlador		01/01/2014 a 31/12/2014								(2.150)			
Energest	Controlador	196,83	01/07/2014 a 31/12/2014			1.204					(6.482)			
				-	-	16.213	5.371	-	-	-	(164.501)	(42.517)	-	-
Outras contas a pagar														
Prestação de serviços de consultoria ambiental														
Energest	Controlador		29/09/2011 a 28/09/2015											(144)
				-	-	-	-	-	-	-	(144)		-	-
				70.769	50.535	16.213	5.371	-	-	77	131	(5.294)	148.653	5.049

Os contratos de compartilhamento entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos: Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Custos e Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura:

a) Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Custos: A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP - Energias do Brasil S.A., controladora da Companhia, é responsável pela contratação dos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Custos que contemplam as atividades das áreas corporativas. A distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da Holding, que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico, e sua apropriação são efetuadas em função das atividades realizadas para cada contraparte, por meio do *timesheet*.

Os Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Custos foram anuídos por meio do Despacho ANEEL nº 205, de 25 de janeiro de 2013.

O tema compartilhamento de recursos humanos já foi objeto de estudos na Audiência Pública nº 041/2012, na Consulta Pública nº 12/2013 e atualmente, a ANEEL abriu a Audiência Pública nº 072/2014, cujo período de contribuições encerra-se em 23 de fevereiro de 2015. Quando da publicação do resultado, as empresas terão um prazo para submeterem novo pedido de compartilhamento para anuência e o contrato vigente ficará prorrogado até a deliberação da ANEEL.

b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da holding EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada sua sede social.

O contrato tem vigência de 48 meses contados a partir de 1º de janeiro de 2011 e não necessita de ser submetido à anuência prévia da ANEEL, pois as partes não são delegatárias do serviço público de energia elétrica, conforme estabelecido na Resolução Normativa nº 338/2008, que regulamenta os atos e negócios jurídicos entre partes relacionadas.

Em janeiro de 2012, foi firmado o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato para revisão dos percentuais de rateio no conjunto de contratos da contratada. Com a mudança de endereço da sede social do Grupo EDP - Energias do Brasil em São Paulo, em junho de 2013, o custo global e o percentual de rateio foram revisados, com consequente celebração do segundo Termo Aditivo ao Contrato de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritas na nota de Garantias (Nota 31.2).

11.1 Controladora direta e final

A controladora direta da Companhia é a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.

11.2 Remuneração dos administradores

11.2.1 Remuneração anual total do Conselho de Administração e da Diretoria pagos pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (em R\$)

Número de membros	Controladora			
	Conselho de administração	Proporção (%)	Diretoria Estatutária	Proporção (%)
Remuneração fixa (em R\$)	152.006	100%	156.107	100%
Salário ou pró-labore	126.672		121.959	
Encargos sociais	25.334		34.148	
Valor total da remuneração	152.006	100%	156.107	100%

(*) Dos 05 membros do Conselho de Administração, apenas 02 são remunerados.

(**) Dos 04 membros da Diretoria, apenas 1 é remunerado. A remuneração anual global e total dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria é de até R\$ 420.000,00, para o período de abril de 2013 a março de 2014, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

11.2.2 Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (em R\$).

	Controladora	
	Conselho de administração	Diretoria Estatutária
2014		
Número de membros	2	1
Valor da maior remuneração individual	76.003	156.107
Valor da menor remuneração individual	76.003	156.107
Valor médio da remuneração individual	76.003	156.107

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

12 Dividendos - Ativos e Passivos

Os dividendos e juros sobre capital próprio são reconhecidos como um ativo ou passivo nas demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício estabelecido no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

	Controladora				Consolidado			
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Investco	26.198	25.944			26.198	25.944		
EDP - Energias do Brasil			76.735	26.380	76.735	26.380		
Outros			92.193	38.181	104.531	50.404		
Total	26.198	25.944	168.928	64.561	181.266	76.784		

13 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Nota	Controladora				Consolidado			
		Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Outros créditos - Ativo									
Adiantamentos			8				4.403	4.160	
Estoques	13.1								
Cauções e depósitos vinculados					1.101	1.056			1.584
Outros							30	15	2
Total			8	-	1.101	1.056	4.433	4.175	1.584
Outras contas a pagar - Passivo									
Credores diversos - consumidores e concessionárias			5.660				5.717		
Folha de pagamento			10	27			306	379	
Obrigações estimadas com pessoal	13.2		133	131			2.054	2.119	
Encargos regulamentares e setoriais	13.3		6.649	3.896	2.440	3.414	7.660	4.455	2.440
Outros				1			304	75	
Total			12.452	4.055	2.440	3.414	16.041	7.028	2.440

13.1 Estoques

Refere-se aos materiais utilizados na operação e manutenção da usina. Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão, estão classificados na rubrica de Imobilizado (Nota 15). Ambos os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é com base na média ponderada móvel.

13.2 Obrigações estimadas com pessoal

Referem-se aos montantes de provisão de férias e respectivos INSS e FGTS e participação nos lucros e resultados.

13.3 Encargos regulamentares e setoriais

Do saldo total de encargos regulamentares e setoriais em 31 de dezembro de 2014 de R\$10.100 (R\$8.237 em 31 de dezembro de 2013), R\$6.437 (R\$5.185 em 31 de dezembro de 2013) referem-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e sua controladora e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia e sua controladora têm a obrigação de

A Companhia realizou Assembleia Geral Extraordinária - AGE em 18 de dezembro de 2014 com o objetivo de suspender, para o exercício de 2014, o pagamento dos dividendos relativos ao exercício de 2013 deliberados na Assembleia Geral Ordinária - AGO de 10 de abril de 2014. O motivo da suspensão está relacionado com o cenário hidrológico desfavorável no exercício de 2014 que resultou em dispêndios adicionais no fluxo de caixa da Companhia.

A acionista Eletrobrás, detentora da totalidade das ações preferenciais de classe A, manifestou-se contra o pedido da Companhia. Todavia, a controladora EDP - Energias do Brasil, detentora da totalidade das ações ordinárias, tendo em vista o exclusivo interesse da Companhia, aprovou a suspensão do pagamento no exercício de 2014 do valor total dos dividendos declarados no exercício de 2013, até que a situação do fluxo de caixa da Companhia permita novamente a sua distribuição.

aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. O programa de P&D é regulamentado por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 316/08, aplicada até setembro de 2012, alterada pela Resolução Normativa nº 504/12. O saldo líquido contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes ao programa.

14 Investimentos

Nas demonstrações financeiras da Controladora, o investimento na Investco, na qual a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, acompanhada de uma participação de 73% dos direitos a voto (capital votante), é avaliado por equivalência patrimonial. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto prontamente praticáveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. Caso a Companhia deixar de ter o controle na Investco, a consolidação será interrompida.

	Nota	Controladora				Consolidado		% Participação Direta	
		Saldo em		Equivalência		Outros resultados		Saldo em	
		31/12/2013	Baixas	Patrimonial	Dividendos/JSCP	abrangentes	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2013
Investimentos									
Investco		814.836		67.548	(49.881)	125	832.628	73	73
Direito de Concessão	14.1	545.744	(28.723)				517.021		
Total		1.360.580	(28.723)	67.548	(49.881)	125	1.349.649	73	73

14.1 Direito de Concessão

Refere-se à parcela cindida do ágio incorporado decorrente da aquisição de ações, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99 e ICPC 09 e, conforme determinação da ANEEL, está sendo realizado pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão da Companhia.

O ágio é baseado em rentabilidade futura, suportado por laudo de avaliação econômico-financeira emitido por avaliador independente e está sendo amortizado linearmente pelo prazo restante da concessão, até dezembro de 2032, não gerando benefícios fiscais para a Companhia.

Para fins de consolidação, o Direito de Concessão é classificado como Intangível.

14.2 Participação direta do investimento

	Ações / Quotas possuídas pela Companhia (Mil)				% de participação da Companhia				Passivos (Circulantes e Não circulantes)				Resultado líquido do exercício	
	31/12/2014		31/12/2013		31/12/2014		31/12/2013		Ativos totais		Patrimônio líquido		Receitas	
	Ordinárias/	Prefe-	Ordinárias/	Prefe-	Capital social	Capital social	Capital social	Capital social	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Empresa	Quotas	reñciais	Quotas	reñciais	integralizado	votante	integralizado	votante	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Investco	293.608	197.007	293.608	197.007	62,39	73,00	62,39	73,00	1.362.856	1.336.353	222.268	220.139	1.140.588	1.116.214

15 Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE e foram aprovadas pela Resolução Normativa nº367, de 2 de junho de 2009, atualizadas posteriormente pela Resolução Normativa nº474, de 7 de fevereiro de 2012.

No final da Concessão, o saldo remanescente dos ativos vinculados a concessão serão revertidos e indenizados pela União, conforme estabelecido no Contrato de Concessão, em critério de cálculo a ser definido pelo Poder Concedente. A Companhia, entende que existe o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados e reversíveis, suportada por parecer de seus assessores legais e considerando os fatos e circunstâncias disponíveis no momento.

	Controladora											
	31/12/2014			31/12/2013			31/12/2014			31/12/2013		
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço												
Administração												
Móveis e utensílios	6,25	58	(37)	21	6,25	58	(33)	25				
Total do imobilizado em serviço		58	(37)	21		58	(33)	25				
Total Imobilizado		58	(37)	21		58	(33)	25				
	Consolidado											
	31/12/2014			31/12/2013			31/12/2014			31/12/2013		
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço												
Geração												
Terrenos		114.510		114.510		114.510		114.510		114.510		114.510
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	689.038	(165.644)	523.394	2,00	684.269	(151.985)	532.284				
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,23	332.886	(96.976)	235.910	3,22	332.236	(89.516)	242.720				
Máquinas e equipamentos	4,53	400.923	(132.567)	268.356	4,51	405.408	(128.975)	276.433				
Veículos	14,29	880	(792)	88	14,29	839	(775)	64				
Móveis e utensílios	6,25	9		9								
		1.538.246	(395.979)	1.142.267		1.537.262	(371.251)	1.166.011				
Sistema de transmissão de conexão												
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	8.328	(4.191)	4.137	3,33	8.328	(3.913)	4.415				
Máquinas e equipamentos	3,40	72.883	(27.127)	45.756	3,40	72.883	(24.661)	48.222				
		81.211	(31.318)	49.893		81.211	(28.574)	52.637				
Administração												
Máquinas e equipamentos	10,65	655	(347)	308	10,34	439	(273)	166				
Veículos	14,29	674	(418)	256	14,29	677	(323)	354				
Móveis e utensílios	6,25	454	(311)	143	6,25	447	(278)	169				
		1.783	(1.076)	707		1.563	(874)	689				
Total do imobilizado em serviço		1.621.240	(428.373)	1.192.867		1.620.036	(400.699)	1.219.337				
Imobilizado em curso												
Geração												
Terrenos (Nota 22.1.1.1)		14.305		14.305		14.305		14.305		14.305		14.305
Outros		20.099		20.099		22.647		22.647				
Administração		1.244		1.244		612		612				
		35.648		35.648		37.564		37.564				
Total do imobilizado em curso		35.648		35.648		37.564		37.564				
Total Imobilizado		1.656.888	(428.373)	1.228.515		1.657.600	(400.699)	1.256.901				

**NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As debêntures, não conversíveis em ações, estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

18.2 Mutação das debêntures no exercício

	Controladora e Consolidado					
	Valor líquido em 31/12/2013	Pagamentos provisionados	Juros	Transferências	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2014
Circulante						
Juros	4.697	(52.340)	53.044			5.401
Custo de transação	-	-	-	(616)	616	-
	4.697	(52.340)	53.044	(616)	616	5.401
Não circulante						
Principal	450.000	-	-	-	-	450.000
Custo de transação	(3.016)	-	-	616	-	(2.400)
	446.984	-	-	616	-	447.600

18.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante

	Controladora e Consolidado	
	Circulante	Não circulante
2015	5.401	5.401
2016	148.166	148.166
2017	149.606	149.606
2018	149.828	149.828
Total	447.600	447.600

19 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

19.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Moeda Nacional	Utilização	Forma de pagamento	31/12/2014				31/12/2013			
			Circulante	Não circulante	Principal	Total	Circulante	Não circulante	Principal	Total
Ações recebíveis cumulativa	Ações preferenciais resgatáveis A, B e C	Dividendos anuais e pagamento do principal	10.078	40.265	32.203	82.546	9.973	41.187	29.626	80.786
Total			10.078	40.265	32.203	82.546	9.973	41.187	29.626	80.786

Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Investco, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam, entre outros, do direito de recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social.

Devido à suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Investco não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39. O pagamento anual de dividendos foi considerado até 2033 (término da concessão) e descontado a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Investco na data de avaliação das ações.

19.2 Mutação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício

	Consolidado					
	Valor líquido em 31/12/2013	Pagamentos provisionados	Juros	Transferências	Ajuste a valor presente	Valor líquido em 31/12/2014
Circulante						
Juros	9.973	(18.881)	14.651	4.335	-	10.078
Não circulante						
Principal	29.626	-	-	-	2.577	32.203
Juros	41.187	-	-	(4.335)	3.413	40.265
	70.813	-	-	(4.335)	5.990	72.468

19.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos)

	Consolidado	
	Circulante	Não circulante
2015	10.078	10.078
2016	3.989	3.989
2017	3.671	3.671
2018	3.377	3.377
2019	3.106	3.106
2020 até 2024	12.176	12.176
2025 até 2029	8.024	8.024
2030 até 2034	38.125	38.125
	72.468	72.468
Total	82.546	82.546

20 Benefícios pós-emprego

20.1 Investco

A Investco mantém atualmente planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores na modalidade de Contribuição definida e benefício definido de Assistência médica decorrente da Lei nº 9.656/98.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12, a contabilização de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência a Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desse benefício, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no período em que ocorrem integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Assistência médica - Lei nº 9.656/98	37	29	584	698
Previdência Privada	8	8	-	-
	45	37	584	698

20.1.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão: Contribuição definida

A EnerPrev é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que foi constituída no final do exercício de 2006 para administrar de forma centralizada os planos de previdência complementar do Grupo EDP - Energias do Brasil. A EnerPrev administra um plano de benefícios do tipo Contribuição Definida próprio cadastrado no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios - CNPB na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC e a Investco administra um plano PGBL, este contratado por meio do

As principais cláusulas, prevendo rescisão de contrato, estão descritas abaixo. A totalidade das cláusulas podem ser consultadas nos prospectos das respectivas emissões.

- descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, não sanada no período estipulado pela Escritura de Emissão;
- descumprimento, de qualquer obrigação referente ao principal e/ou à remuneração, não sanadas no período estipulado;
- realização, pela Emissora, de cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma relevante de reorganização societária que implique na alienação do controle acionário direto, exceto se referida alienação: (a) for para a outra empresa do mesmo grupo econômico da Emissora; ou (b) obtiver expressa anuência dos Debenturistas, reunidos em Assembleia, cuja recusa somente poderá ocorrer por meio de deliberação razoavelmente motivada;
- descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Bruta/EBITDA não superior a 3,5 a ser apurado na data-base de 31 de dezembro de cada ano;
- pedido de auto-falência;
- liquidação, dissolução ou decretação de falência;
- se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano;
- extinção de um ou mais Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados pela Emissora que representem queda no volume de receitas superior a 20% (vinte por cento) em relação ao seu faturamento total;
- redução maior do que 10% (dez por cento) da quantidade de energia assegurada pela Emissora; e
- notificação de sentença condenatória final transitada em julgado em ação judicial cujo valor individualmente seja superior a R\$75.000, desde que tal sentença possa colocar em risco o fiel cumprimento das obrigações.

A Companhia não cumpriu o *covenants* de dívida bruta/EBITDA não superior a 3,5 vezes, previstos nas debêntures, para o qual obteve *waiver* em Assembleia Geral de Debenturistas - AGD realizada em 10 de dezembro de 2014, mediante pagamento de prêmio de R\$4.085 correspondente a 0,9% sobre o saldo das debêntures e a limitação da distribuição do lucro de 2014 pelo mínimo obrigatório previsto em lei.

	Consolidado							
	31/12/2014		31/12/2013		31/12/2014		31/12/2013	
Moeda Nacional	Encargos		Encargos		Encargos		Encargos	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ações recebíveis cumulativa	10.078	40.265	9.973	41.187	10.078	40.265	9.973	41.187
Total	10.078	40.265	9.973	41.187	10.078	40.265	9.973	41.187

Bradesco Vida e Previdência S.A., não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Investco. Os planos de custeio são sustentados paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme regulamentos dos planos.

Na qualidade de patrocinadora, a Investco contribuiu no exercício com R\$148 (R\$97 em 31 de dezembro de 2013).

Esses planos em 31 de dezembro de 2014 tem a adesão de 39 colaboradores.

20.1.2 Assistência médica Lei nº 9.656/98: Benefício definido

De acordo com a Lei nº 9.656/98, os empregados que pagam contribuição mensal fixa para o plano de assistência médica têm o direito de continuar em um plano semelhante, em caso de desligamento ou aposentadoria, por um tempo determinado conforme previsto na legislação aplicável aos Planos de Assistência à Saúde. O modelo de Assistência médica da Investco de abril de 2005 até dezembro de 2011 atendiam a essa condição.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2014 demonstrou uma obrigação presente para este plano do tipo Benefício definido. Segue abaixo a movimentação para este plano no exercício:

	2014				2013			
	Valor presente das obrigações do plano	(Passivo) reconhecido	Valor presente das obrigações do plano	(Passivo) reconhecido	Valor presente das obrigações do plano	(Passivo) reconhecido	Valor presente das obrigações do plano	(Passivo) reconhecido
Saldo inicial reconhecido	(727)	(727)	(976)	(976)				
Custo do serviço corrente	(69)	(69)	(122)	(122)				
Custo dos juros	(86)	(86)	(90)	(90)				
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL	261	261	461	461				
Saldo final reconhecido	(621)	(621)	(727)	(727)				

21 Uso do bem público - UBP

O valor justo total da obrigação relacionada com o Uso do bem público (Nota 1.1.1) da controlada Investco até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Ativo intangível (Nota 16) no momento inicial do reconhecimento. A provisão do pagamento do Uso do bem público foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente pela taxa implícita ao projeto de 6% a.a., que representa o custo médio de capital da Investco na data da assinatura do contrato de concessão.

No exercício de 2014, todas as parcelas foram pagas e, em 31 de dezembro de 2014, o saldo remanescente encontra-se segregado no circulante e não circulante.

Segue abaixo movimentação no exercício:

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2013	Ajuste a valor presente	Encargos e atualizações monetárias	Pagamentos	Saldo em 31/12/2014
Circulante					
Uso do Bem Público	4.057	(5)	184	(3.857)	4.235
	4.057	(5)	184	(3.857)	4.235
Não Circulante					
Uso do Bem Público	40.861	1.370	2.400	(3.856)	40.775
	40.861	1.370	2.400	(3.856)	40.775

22 Provisões

	Consolidado				
	Nota	Circulante 31/12/2014	Não circulante 31/12/2013	Circulante 31/12/2014	Não circulante 31/12/2013
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	22.1	1.723	4.339	8.588	7.969
Licenças Ambientais	22.2	1.723	4.339	6.296	5.945
Total		1.723	4.339	14.884	13.914

As Provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

22.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Investco é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente, por diversos índices de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

22.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Consolidado					
	Passivo			Ativo		
	Saldo em 31/12/2013	Adições	Reversões	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2014	Depósito Judicial
Trabalhistas	68	5	(2)	9	80	363
Cíveis	6.401	10	(296)	1.016	7.008	30
Outros	1.500	-	-	-	1.500	31
Total	7.969	15	(298)	1.025	8.588	404
Não circulante	7.969	-	-	-	8.588	393
Total	7.969	-	-	-	8.588	393

22.1.1.1 Cíveis

Indenizações

As ações judiciais de natureza cível - indenizações referem-se, em sua grande maioria, às indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Investco por conta do citado enchimento.

Desapropriações

Referem-se a ações judiciais de natureza cível, decorrentes de indenização a título de desapropriação propostas pela Investco para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Investco e o valor pretendido pelo expropriado. O saldo dos Depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é de R\$14.305 e estão registrados no Imobilizado em curso - Terrenos (Nota 15).

22.1.1.2 Outros

Referem-se a honorários de êxito junto a assessores jurídicos pelas diversas ações judiciais que encontram-se em andamento.

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

22.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado					
	31/12/2014	31/12/2013	Ativo		Ativo			
			31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013		
Trabalhistas								
Cíveis	13.504				513	75	84	35
Fiscais	88.763	10.045	1.101	1.056	106.923	88.590	1.106	1
Total	102.267	10.045	1.101	1.056	198.590	100.996	1.190	1.056

22.1.2.1 Cíveis

As ações de natureza cível, em sua grande maioria, referem-se às ações descritas na nota 22.1.1.1 Indenizações.

22.1.2.2 Fiscais

Discute-se na esfera administrativa a autuação da Receita Federal do Brasil em 2014, que visa a cobrança de IRPJ e CSLL em decorrência da glosa de despesas com ágio gerado na aquisição de participação societária. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 78.409.

22.2 Licenças ambientais

Refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação da usina, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença, o custo estimado desses desembolsos é provisionado e também é registrado como um ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

A composição do Capital social em 31 de dezembro de 2014 e 2013, está demonstrada a seguir:

	Quantidade de ações "ON"		% Participação		Quantidade de ações "PNA"		% Participação		Quantidade de ações "PNB"		% Participação		Quantidade Total de ações		% Participação total	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
EDP - Energias do Brasil																
Governo do Estado de Tocantins																
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás																
Total	113.690.035	113.690.035	100,00%	100,00%	81.549.616	81.549.616	100,00%	100,00%	8.278.231	8.278.231	100,00%	100,00%	203.517.882	203.517.882	113.690.035	113.690.035

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

23.2 Destinação do lucro

Os lucros líquidos apurados em cada exercício serão destinados sucessivamente e nesta ordem, observado o disposto no artigo 202, incisos I, II e III da Lei nº 6.404/76 e artigo 34 do Estatuto Social, da seguinte forma:

- 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, da constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital social;
- uma parcela, por proposta de órgãos da Administração, poderá ser destinada à formação de Reserva para Contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei nº 6.404/76;
- serão destinados ao pagamento de dividendos às ações ordinárias e preferenciais 25% dos lucros líquidos;
- uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações;
- no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta de órgãos da administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no art. 197 da Lei das Sociedades por Ações.

	31/12/2014
Lucro líquido apurado no exercício	34.016
Lucro líquido ajustado	34.016
Constituição da reserva legal - 5%	(1.701)
	32.315
Destinação do lucro	32.315
Reserva de retenção de lucros	24.236
Dividendo mínimo obrigatório	8.079

De acordo com o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais classes "A" e "B" têm as seguintes vantagens:

- As ações preferenciais classe "A" gozam do direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial classe "A", 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária;
 - As ações preferenciais classe "B" gozam do direito de:
 - prioridade no recebimento de um dividendo mínimo, não cumulativo, no valor de R\$748; e
 - recebimento de dividendo adicional, quando e no montante que o dividendo pago às ações ordinárias exceder o mínimo garantido às ações preferenciais classe "B", calculado por ação, sendo que o pagamento dos dividendos das ações preferenciais classe "B" é subordinado ao pagamento das ações preferenciais classe "A".
- O Acordo de Acionistas celebrado com a Eletrobrás prevê: (i) distribuição integral dos lucros apurados na forma de dividendos e/ou Juros Sobre o Capital Próprio; e (ii) garantia de rendimento à Eletrobrás equivalente a 49,67% do lucro de cada exercício, composto pelos dividendos das ações preferenciais, das partes beneficiárias e reservas constituídas, exceto a de investimentos.

Em 2014 o total dos rendimentos da Eletrobrás, destinado à rubrica de Dividendos, são de R\$5.890, sendo R\$3.780 referente a partes beneficiárias e R\$2.110 de Dividendos.

A Assembleia Geral de Debenturistas - AGD da Companhia realizada em 10 de dezembro de 2014 deliberou, entre outros assuntos, que, para efeito de liquidez da Companhia, a mesma não poderia distribuir o lucro líquido de 2014 acima dos dividendos mínimos obrigatórios. Desta forma, cumprindo a deliberação da AGD, o lucro líquido remanescente foi transferido para a Reserva de retenção de lucros.

24 Receita

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

- A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado e as receitas com operações de energia elétrica são reconhecidas no resultado em função da sua competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização;
- O faturamento do contrato de arrendamento dos ativos e o de suprimento de energia elétrica para todas as concessionárias é efetuado mensalmente.

	Controladora				Consolidado			
	MWh (*)		R\$		MWh (*)		R\$	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Suprimento de Energia elétrica	3.254.447	3.366.715	463.067	482.731	3.297.678	3.410.161	469.490	488.865
Energia de curto prazo	8.279	43.507	14.445	16.712	8.348	44.324	14.621	17.056
Receitas com operações de energia elétrica	3.262.726	3.410.222	477.512	499.443	3.306.026	3.454.485	484.111	505.921
Arrendamentos e alugueis							59.698	57.104
Outras receitas operacionais			41.444	43.610			42.045	44.241
Receita operacional bruta	3.262.726	3.410.222	518.956	543.053	3.306.026	3.454.485	585.854	607.266
(-) Deduções à receita operacional			(56.035)	(58.007)			(64.278)	(65.911)
PIS/COFINS			(51.372)	(53.128)			(57.564)	(59.068)
P&D			(4.663)	(4.879)			(6.714)	(6.843)
Receita	3.262.726	3.410.222	462.921	485.046	3.306.026	3.454.485	521.576	541.355

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

25 Gastos operacionais

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração dos gastos operacionais estão discriminados a seguir:

- a energia elétrica comprada para revenda é reconhecida em função de sua utilização e registro dos contratos na CCEE;
 - os gastos gerenciais são reconhecidos com base na associação direta da receita e quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.
- A Companhia apresenta os Gastos operacionais por função na Demonstração de resultados, conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76. É apresentado a seguir o detalhamento por natureza do gasto, conforme requerido pelo CPC 26.

**NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Controladora					
	2014			2013		
	Custo do serviço		Despesas Operacionais	Despesas Operacionais		Total
Com energia elétrica	De operação	Com vendas		Gerais e administrativas	Outras	
Não gerenciáveis						
Energia elétrica comprada para revenda	186.057				186.057	66.521
Encargos de uso da rede elétrica	39.144				39.144	43.107
Taxa de fiscalização					1.228	1.263
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)					18.722	16.107
	225.201	-	-	-	19.950	126.998
Gerenciáveis						
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		235		594	829	1.116
Material				1	1	
Serviços de terceiros				1.167	1.167	1.446
Depreciação				4	4	
Amortização		8		28.759	28.767	29.897
PCLD / perdas líquidas			(659)		(659)	(807)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					-	95
Aluguéis e arrendamentos		146.506			146.506	140.131
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					-	55
Outras				557	557	1.069
Total	225.201	146.749	(659)	31.082	177.172	173.006
		146.749	(659)	31.082	19.950	300.004

	Consolidado					
	2014			2013		
	Custo do serviço		Despesas Operacionais	Despesas Operacionais		Total
Com energia elétrica	De operação	Com vendas		Gerais e administrativas	Outras	
Não gerenciáveis						
Energia elétrica comprada para revenda	187.879				187.879	66.611
Encargos de uso da rede elétrica	40.524				40.524	44.497
Taxa de fiscalização					1.245	1.280
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)					18.981	16.330
	228.403	-	-	-	20.226	128.718
Gerenciáveis						
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		6.216		5.890	12.106	13.245
Material		781		181	962	1.059
Serviços de terceiros		6.965		10.605	17.570	16.006
Depreciação		35.767		298	36.065	36.253
Amortização		689		28.867	29.556	30.688
PCLD / perdas líquidas			(674)		(674)	(827)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas				(202)	(202)	1.028
Aluguéis e arrendamentos		30		342	372	500
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					180	398
Outras		57		2.474	2.531	3.280
Total	228.403	50.505	(674)	48.455	98.466	101.630
		50.505	(674)	48.455	20.406	230.348

25.1 Energia elétrica comprada para revenda

O montante na rubrica de Energia elétrica comprada para revenda na Companhia de R\$186.057 e Consolidado de R\$187.879, no exercício de 2014, foi impactado, principalmente, pelo GSF (fator que mede o volume de energia gerado pelas hidrelétricas) médio de 90,6% atrelado a um PLD médio de R\$690,00, no exercício. Em períodos de escassez de geração hidrelétrica, o Mecanismo de Realocação de Energia - MRE desconta o déficit de geração sistêmico da garantia física das usinas participantes deste processo, ocasionando a necessidade de compra de energia, em contratos ou na CCEE, para entrega aos contratos de venda de energia firmados.

26 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras e cauções	3.222	4.199	7.948	5.976
Atualização monetária depósitos judiciais	45	33	45	33
Atualização monetária contratos de mútuo	5.049	1.998	5.049	1.998
Juros e multa sobre impostos	75	204	454	226
Ajustes a valor presente	530	489		
Remuneração das ações preferenciais	838	899		
Outras receitas financeiras	4.142	3.583	4.561	4.395
	13.901	11.405	18.057	12.628
Despesas financeiras				
Juros e multa sobre impostos	(716)	(900)	(716)	(900)
Encargos de dívidas	(57.727)	(17.659)	(72.378)	(32.472)
Variações monetárias moeda nacional			(351)	(496)
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais, trabalhistas e outros		(104)	(1.025)	(4.584)
Ajustes a valor presente	(9.521)	(170)	(16.876)	(10.170)
Atualização monetária uso do bem público			(2.584)	(4.120)
Benefícios pós-emprego			(93)	(100)
Outras despesas financeiras	(1.257)	(385)	(1.392)	(602)
	(69.221)	(19.218)	(95.415)	(53.444)
	(55.320)	(7.813)	(77.358)	(40.816)

27 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) por meio da aplicação da alíquota de 9%.

As despesas com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes.

A Companhia e sua controlada, para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, consideraram a adoção do Regime Tributário de Transição - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

	Controladora		Consolidado	
	IRPJ / CSLL		IRPJ / CSLL	
	2014	2013	2014	2013
Lucro antes do IRPJ e CSLL	52.826	235.776	97.123	270.191
Alíquota	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	(17.961)	(80.164)	(33.022)	(91.865)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Doações	(70)	(190)	(169)	(340)
Resultados de equivalência patrimonial	22.966	19.906		
Juros sobre o capital próprio	(10.747)	8.246	7.755	26.566
Outras		55	21	198
Outros				
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos				(1)
(Adição) Reversão de diferenças permanentes	(9.780)	(10.402)	(9.780)	(10.402)
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior	538	140	804	650
Outras	24	24	48	48
Despesa de IRPJ e CSLL	(15.030)	(62.385)	(34.343)	(75.146)
Alíquota Efetiva	28,45%	26,46%	35,36%	27,81%

28 Resultado por ação

O resultado básico por ação consolidado é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas. No exercício de 2014, a Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas das ações:

	2014	2013
Ordinárias (ON)	17.732	81.346
Preferenciais Classe "A" (PNA)	14.993	68.783
Preferenciais Classe "B" (PNB)	1.291	5.923
	34.016	156.052

Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)

	2014	2013
Ordinárias (ON)	113.690	113.690
Preferenciais Classe "A" (PNA)	81.550	81.550
Preferenciais Classe "B" (PNB)	8.278	8.278
	203.518	203.518

Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)

	2014	2013
Ordinárias (ON)	0,155965	0,715502
Preferenciais Classe "A" (PNA)	0,183855	0,843502
Preferenciais Classe "B" (PNB)	0,155965	0,715502

Segue abaixo a conciliação do Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas, conforme requerido pelo CPC 41:

	Resultado por classe de ações (sem ajustes)		Resultado por classe de ações	
	2014	2013	2014	2013
Ordinárias (ON)	87.175	(5.829)	81.346	81.346
Preferenciais Classe "A" (PNA)	62.530	6.253	68.783	68.783
Preferenciais Classe "B" (PNB)	6.347	(424)	5.923	5.923
	156.052	-	156.052	156.052
Ordinárias (ON)	19.002	(1.270)	17.732	17.732
Preferenciais Classe "A" (PNA)	13.630	1.363	14.993	14.993
Preferenciais Classe "B" (PNB)	1.384	(93)	1.291	1.291
	34.016	-	34.016	34.016

29 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e sua controlada mantêm operações com instrumentos financeiros. A contratação destes instrumentos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia e sua controlada não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e sua controlada.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

29.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação. A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento ou quando os títulos expirarem.

29.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

• Outros ao custo amortizado

São designados para essa categoria os ativos e passivos financeiros cujo o registro é o montante pelo qual os mesmos são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de recebimento.

**NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

				Controladora			
Nota	Categoria	Níveis	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
			Valor Justo		Valor Contábil		
Ativos financeiros							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	5						
Bancos conta movimento		Valor justo por meio do resultado	Nível 1	36.176	1.997	36.176	1.997
Aplicações financeiras		Valor justo por meio do resultado	Nível 2	19.474	34.011	19.474	34.011
Títulos a receber	7	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	6.276	5.629	6.276	5.629
Concessionárias	6	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	45.743	50.081	45.743	50.081
Partes relacionadas	11	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	56.323	34.484	56.323	34.484
Não circulante							
Títulos a receber	7	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	11.443	23.309	11.443	23.309
				175.435	149.511	175.435	149.511
Passivos financeiros							
Circulante							
Fornecedores	17	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	40.307	23.421	40.307	23.421
Debêntures	18	Outros ao custo amortizado	Nível 2	5.401	4.697	5.401	4.697
Não circulante							
Debêntures	18	Outros ao custo amortizado	Nível 2	447.600	446.984	447.600	446.984
Partes relacionadas	11	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	25	45	25	45
				493.333	475.147	493.333	475.147
				612.848	591.779	612.848	591.779
Consolidado							
Nota	Categoria	Níveis	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
			Valor Justo		Valor Contábil		
Ativos financeiros							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	5						
Bancos conta movimento		Valor justo por meio do resultado	Nível 1	62.447	14.504	62.447	14.504
Aplicações financeiras		Valor justo por meio do resultado	Nível 2	74.249	44.164	74.249	44.164
Títulos a receber	7	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	5.606	4.965	5.606	4.965
Concessionárias	6	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	46.361	50.764	46.361	50.764
Partes relacionadas	11	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	56.323	34.484	56.323	34.484
Rendas a receber	8	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	4.974	4.758	4.974	4.758
Não circulante							
Títulos a receber	7	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	5.037	17.049	5.037	17.049
				254.997	170.688	254.997	170.688
Passivos financeiros							
Circulante							
Fornecedores	17	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	32.214	14.263	32.214	14.263
Debêntures	18	Outros ao custo amortizado	Nível 2	5.401	4.697	5.401	4.697
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	19	Outros ao custo amortizado	Nível 2	10.078	9.973	10.078	9.973
Uso do bem público	21	Outros ao custo amortizado	Nível 2	4.235	4.057	4.235	4.057
Não circulante							
Debêntures	18	Outros ao custo amortizado	Nível 2	447.600	446.984	447.600	446.984
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	19	Outros ao custo amortizado	Nível 2	72.468	70.813	72.468	70.813
Partes relacionadas	11	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	77	131	77	131
Uso do bem público	21	Outros ao custo amortizado	Nível 2	40.775	40.861	40.775	40.861
				612.848	591.779	612.848	591.779

29.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

Para apuração do valor justo, a Companhia e sua controlada projetam os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BM&FBovespa, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Em função desses valores possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil que equivalem ao seu valor justo exceto para determinados Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, que nestes casos, o valor contábil pode diferir ao seu valor justo.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Caixa e equivalentes de caixa: são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata que equivalem a valor justo. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por rating de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira;

(ii) Títulos a receber: são constituídos por Contratos de Cessão de Crédito celebrados com as empresas Tangará Energia S.A. e Rede Energia S.A. Também encontram-se registrados nesta rubrica as Ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" de emissão da Investco. As características de ambos instrumentos financeiros estão destacadas na nota 6;

(iii) Concessionárias: têm giro constante e é composto de contratos de suprimentos de energia elétrica e encargos de uso da rede com preços definidos no mercado regulado. Desta forma, o valor justo se equivale ao preço da transação;

(iv) Rendas a receber: refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, no qual a Investco arrendou junto à controladora e às demais concessionárias do Consórcio da UHE Lajeado, CEB Lajeado e Paulista Lajeado Energia para assegurar receita. A remuneração implícita neste contrato é de 8,83%, sobre 99% do ativo imobilizado líquido, atualizado pelo IPCA medido pelo IBGE, acrescido de 99% do valor da depreciação do mesmo período;

(v) Fornecedores: referem-se, principalmente, a valores a pagar relativos a compra de materiais e serviços utilizados na manutenção da usina. Como possuem giro constante, o valor justo se equivale ao preço da transação;

(vi) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Nesta categoria estão constituídas as Ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Investco, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam, entre outros, do direito de recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social.

A estimativa de valor justo foi efetuada considerando as condições acima descritas para pagamento dos dividendos. O pagamento anual de dividendos foi considerado até 2033 (término da concessão) e trazido a valor presente pela taxa de desconto de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Companhia na data de avaliação das ações;

(vii) Partes relacionadas: contemplando apenas os valores devidos sem acréscimos de nenhum tipo, contratos de mútuos e arrendamento, sem conflitos de interesses e em condições reais de mercado;

(viii) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. Os saldos do passivo circulante e não circulante estão reconhecidos ao valor presente, pela taxa de 6% a.a. implícita ao projeto, que representa o custo médio de capital na data da assinatura do contrato de concessão.

29.1.3 Mensuração a valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia e a sua controlada. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia e sua controlada:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado. A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e sua controlada foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

29.2 Gestão de risco

A política de gestão de riscos da EDP Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia e sua controlada, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

29.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto representam fatores de riscos financeiros.

As Debêntures captadas pela Companhia apresentados na Nota 18, possui como contraparte o agente fiduciário Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia e sua controlada possuem um risco de mercado associado ao CDI.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa SELIC, podendo ter um custo maior na realização dessas operações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproximase ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

29.2.1.1 Análise de sensibilidade

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia e sua controlada, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Em atendimento aos Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/09, Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 2/11 e Instrução CVM nº 475/08, quando aplicável, a Companhia efetua avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia e sua controlada. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia e sua controlada em função da variação de cada risco destacado.

		Controladora						
Operação	Risco	<u>Aging cenário provável</u>		<u>Cenário (I)</u>	<u>Cenário (II)</u>	<u>Cenário (III)</u>	<u>Cenário (IV)</u>	<u>Cenário (V)</u>
		<u>Até 1 ano</u>	<u>2 a 5 anos</u>	<u>Provável</u>	<u>Aumento do risco em 25%</u>	<u>Aumento do risco em 50%</u>	<u>Redução do risco em 25%</u>	<u>Redução do risco em 50%</u>
Aplicação financeira - CDB	CDI	1.425	-	1.425	356	713	(356)	(713)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	1.425	-	1.425	356	713	(356)	(713)
Debêntures	CDI	(58.992)	(146.246)	(205.238)	(43.323)	(85.743)	44.269	89.529
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(58.992)	(146.246)	(205.238)	(43.323)	(85.743)	44.269	89.529
		(57.567)	(146.246)	(203.813)	(42.967)	(85.030)	43.913	88.816
		612.848	591.779	612.848	591.779	612.848	591.779	591.779
		612.848	591.779	612.848	591.779	612.848	591.779	591.779
Consolidado								
Operação	Risco	<u>Aging cenário provável</u>		<u>Cenário (I)</u>	<u>Cenário (II)</u>	<u>Cenário (III)</u>	<u>Cenário (IV)</u>	<u>Cenário (V)</u>
		<u>Até 1 ano</u>	<u>2 a 5 anos</u>	<u>Provável</u>	<u>Aumento do risco em 25%</u>	<u>Aumento do risco em 50%</u>	<u>Redução do risco em 25%</u>	<u>Redução do risco em 50%</u>
Aplicação financeira - CDB	CDI	3.201	-	3.201	800	1.601	(800)	(1.601)
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	2.196	-	2.196	549	1.098	(549)	(1.098)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	5.397	-	5.397	1.349	2.699	(1.349)	(2.699)
Debêntures	CDI	(58.992)	(146.246)	(205.238)	(43.323)	(85.743)	44.269	89.529
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(58.992)	(146.246)	(205.238)	(43.323)	(85.743)	44.269	89.529
		(53.595)	(146.246)	(199.841)	(41.974)	(83.044)	42.920	86.830

A curva futura do indicador financeiro CDI, está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração da Companhia e de sua controlada. O indicador teve seu intervalo conforme apresentado a seguir: CDI entre 12,00% e 9,25%.

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

29.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Companhia e sua controlada somente utilizam linhas de créditos que possibilitem sua avançamento operacional. Essa premissa é afirmada quando observam-se as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia e sua controlada são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5) e Concessionárias (Nota 6). A Companhia e sua controlada, em 31 de dezembro de 2014, têm em caixa um montante cuja disponibilidade é imediata. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

A energia vendida pela Companhia e sua controlada dependem das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) aplicado a todas as usinas despachadas no sistema elétrico nacional. Ocorrendo um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar um aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas de conservação de energia elétrica.

Em relação ao risco de racionamento, para o seu monitoramento, a Companhia e sua controlada utilizam como ferramentas o Subcomitê de Risco Energético que tem como práticas: (i) a avaliação do cenário de oferta e demanda de energia nas diferentes regiões de atuação, das variáveis macro e microeconômicas, e as especificidades de cada mercado, em um horizonte de cinco anos; (ii) antecipação de potenciais impactos sobre a geração de energia elétrica, de forma a prepará-las para assegurar o suprimento de energia; (iii) minimizar impactos na receita; e (iv) evitar o desabastecimento das Concessionárias.

A Companhia e sua controlada também gerenciam o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2014, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	Controladora					Total
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Passivos financeiros						
Fornecedores	14.543	25.622	142	25	40.307	
Partes relacionadas					25	
Debêntures	14.543	25.622	5.401	447.600	453.001	
			5.543	447.625	- 493.333	
	Consolidado					
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	3.863	26.271	2.080	77	32.214	
Partes relacionadas					77	
Debêntures			5.401	447.600	453.001	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas			10.078	17.000	55.468	82.546
Uso do bem público	321	995	2.919	16.146	24.629	45.010
	4.184	27.266	20.478	480.823	80.097	612.848

29.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui contratos de financiamento com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índice financeiro.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparece descrita individualmente na Nota 18. Em 31 de dezembro a Companhia não cumpria um de seus *covenants*, para o qual obtive *walver* para descumprimento em AGD em 10 de dezembro de 2014.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 31.2) para a rubrica de Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

Os riscos de liquidez atribuídos à rubrica de Debêntures referem-se a Juros futuros, conseqüentemente, não contabilizados, e encaixam-se demonstrados na nota 31.1.

29.2.2.2 Capital Circulante Líquido - CCL

Na Companhia o CCL, que corresponde a diferença entre Ativo circulante e Passivo circulante, em 31 de dezembro de 2014 foi negativo em R\$40.610 (R\$6.981 positivo em 31 de dezembro de 2013).

Na geração, em condições hidrológicas favoráveis, as empresas com usinas em operação geram recursos operacionais dos contratos de venda de energia, de arrendamento ou de fluxo de dividendos ao longo do ano suficientes para pagar os compromissos previstos no curto prazo. Entretanto, o ano de 2014 foi bastante atípico, marcado por condições hidrológicas desfavoráveis em conjunto com o PLD bastante elevado durante o ano, o que elevou os custos com compra de energia, impactando diretamente nos resultados da Companhia.

Vale ressaltar que o capital circulante negativo apenas reflete uma situação temporária, e a Administração da Companhia não deixará de arcar em momento algum com suas obrigações, sejam de curto ou de longo prazo.

29.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia e sua controlada não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada as rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Rendas a receber, entre outras.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ana Maria Machado Fernandes Presidente	Luiz Otavio Assis Henriques Conselheiro	Miguel Dias Amaro Conselheiro	Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira Conselheiro	Antonio Frederico Pereira da Silva Conselheiro
--	---	---	--	--

DIRETORIA

Luiz Otavio Assis Henriques Diretor-Presidente e Executivo	José Cherem Pinto Diretor Técnico	Stella Maris Moreira Fuão Diretora	Hélio Fernandes Dias Diretor	Elisa Saeko Ishizaka Turci Gestora Executiva de Consolidação e Contabilidade
				Renan Silva Sobral Contador - CRC 1SP271964/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Lajeado Energia S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Lajeado Energia S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Lajeado Energia S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia e sua controlada, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia e sua controlada, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia e sua controlada a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

30 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

No exercício, a Companhia constituiu Dividendos a receber no montante de R\$31.609 e Dividendos a pagar no valor de R\$8.079. No Consolidado foi constituído o montante de R\$18.691 referente a Dividendo a pagar. Todas estas atividades não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa.

31 Compromissos contratuais e Garantias

31.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas possuem compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, que estão apresentados por maturidade de vencimento, como segue:

	Controladora					31/12/2013
	31/12/2014					
	2015	2016 a 2017	2018 a 2019	Acima de 2020	Total Geral	Total Geral
Responsabilidades com locações operacionais	167.639	277.103	226.200	713.847	1.384.789	1.590.490
Materiais e serviços	3.182	2.571	24		5.777	490
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	55.865	97.036	39.592		192.493	229.255
	226.686	376.710	265.816	713.847	1.583.059	1.820.235
	Consolidado					
	2015	2016 a 2017	2018 a 2019	Acima de 2020	Total Geral	Total Geral
Responsabilidades com locações operacionais	140	229	45		414	495
Materiais e serviços	18.698	17.568	301		36.567	26.632
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	55.865	97.036	39.592		192.493	229.255
	74.703	114.833	39.938	-	229.474	256.382

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia e sua controlada e estão ajustadas ao valor presente pela taxa de 8,90% que representa o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP. As obrigações de compra incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços para as atividades de operação e manutenção da Companhia.

	Controladora					31/12/2013
	31/12/2014					
	2015	2016 a 2017	2018 a 2019	Acima de 2020	Total Geral	Total Geral
Responsabilidades com locações operacionais	140	229	45		414	495
Materiais e serviços	18.698	17.568	301		36.567	26.632
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	55.865	97.036	39.592		192.493	229.255
	74.703	114.833	39.938	-	229.474	256.382

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia e sua controlada e estão ajustadas ao valor presente pela taxa de 8,90% que representa o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP. As obrigações de compra incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços para as atividades de operação e manutenção da Companhia.

31.2 Garantias

Tipo de garantia	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Aval de acionista			8.348	7.907
Fiança bancária			920	920
Fiança corporativa	455.401	454.697	455.401	454.697
Recebíveis			20.943	20.267
Outros	3.596	4.656	4.381	4.743
Notas promissórias	10.643	22.014	10.643	22.014
Seguro garantia	182	182	182	182
	470.107	481.834	500.818	510.730

32 Cobertura de seguros

A Companhia e sua controlada mantêm apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP - Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	2014			
	Controladora		Consolidado	
Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização	
Subestações		14.230	14.230	
Usinas		972.891	185.770	
Prédios e conteúdos (próprios)		458	898	
Prédios e conteúdos (terceiros)		1.600	1.600	
Transportes (veículos)	1.600	1.600	1.600	1.600
Acidentes Pessoais	353	(*)	8.701	(*)

(*) Em acidentes pessoais o valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo um limite mínimo de R\$51 e o limite máximo de R\$517.

A controlada Investco possui seguro patrimonial da usina onde, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica.

33 Eventos subsequentes

33.1 Aditivo ao contrato de mútuo junto à EDP Comercializadora

Conforme descrito na nota 11, a Companhia possui contrato de mútuo a receber junto a EDP Comercializadora, com vencimento em 7 de dezembro de 2015, no valor de R\$56.323. Em 8 de janeiro de 2015, a Companhia firmou junto à EDP Comercializadora o terceiro termo aditivo ao contrato de mútuo com o objetivo de prorrogar o prazo de vencimento para 7 de janeiro de 2017.

Conseqüentemente, a partir de janeiro de 2015, o saldo relativo a este contrato foi reclassificado para o Não circulante.

apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lajeado Energia S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos, também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, uma vez que as IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2015

São Paulo, 27 de fevereiro de 2015

São Paulo, 27 de fevereiro de 2015

São Paulo, 27 de fevereiro de 2015

São Paulo, 27 de fevereiro de 2015

São Paulo, 27 de fevereiro de 2015

São Paulo, 27 de fevereiro de 2015

São Paulo, 27 de fevereiro de 2015

São Paulo, 27 de fevereiro de 2015

São Paulo, 27 de fevereiro de 2015

São Paulo, 27 de fevereiro de 2015

São Paulo, 27 de fevereiro de 2015

São Paulo, 27 de fevereiro de 2015

São Paulo, 27 de fevereiro de 2015